

Indicados para punição não renunciam

Tarcísio Holanda

Três dos principais envolvidos nas irregularidades do Orçamento, os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) afastam a hipótese de renunciar a seus mandatos, que consideram uma confissão de culpa. Eles reafirmam a disposição de lutar até o fim pela preservação de seus mandatos, na Comissão de Justiça, no plenário da Câmara e, até, no Supremo Tribunal Federal, se houver necessidade.

Dois deles, os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Câmara dos Deputados, e Cid Carvalho (PMDB-MG), que presidiu a Comissão do Orçamento por quase três anos, se recusaram terminantemente a dar qualquer entrevista, argumentando que qualquer matéria é concebida com a preocupação de atingi-los, invariavelmente. Preferem falar na hora oportuna, isto é, quando a Comissão de Justiça abrir oportunidade a que apresentem suas defesas.

Preocupações — O deputado Genebaldo Correia mostra-se preocupado “com as insinuações que começam a surgir de que a Comissão de Justiça deve ser reformulada com o objetivo de fazer valer o parecer aprovado pela CPI, em qualquer circunstância”.

“Se assim é, podia-se suprimir perfeitamente a instância da Co-

missão de Justiça e o parecer deveria ir direto para o plenário. Se o objetivo é o de montar uma Comissão destinada apenas a condenar, isso não é um julgamento, é uma farsa”, instiga o deputado Genebaldo Correia.

Outra preocupação domina o espírito do parlamentar baiano — o fato de sua punição e a dos deputados Ibsen Pinheiro e Ricardo Fiúza ter-se transformado em uma questão emblemática. A idéia que se cristalizou é a de que ou se punem essas figuras ou a CPI acaba virando pizza.

“Nesse caso, terei de pagar o preço, não dos atos que porventura tenha praticado, mas pelo fato de ser o líder do PMDB nos últimos três anos, exercendo legítima influência na Comissão de Orçamento em função do enorme peso do meu partido.

Genebaldo observa que, por esta razão, todas as pessoas que mais se envolveram com o trabalho da Comissão Mista de Orçamento acabaram sendo atingidas pelo processo. Cita os deputados Cid Carvalho e Messias Góes que presidiram a Comissão e lembra que, dos relatores, só o senador Almir Grabriel (PSDB-PA) não foi envolvido pela CPI.

Instituição — O deputado Manoel Moreira acusa a CPI do Orçamento de ter-se transformado em uma Comissão Permanente de instigação, não de inquérito, movendo contra ele um processo político que não tem nenhuma

base concreta. “Desafio a que apresentem um cheque de empreiteira em minhas contas ou mesmo do deputado João Alves”, provoca o deputado paulista, sem esconder a sua indignação.

“Ao se constituir de fato em Comissão Permanente de Instigação e não em Comissão Parlamentar de Inquérito” — acusa Manoel Moreira — “primeiro se fixou a convicção de quem não podia deixar de ser cassado. E aí mantiveram uma luta sem quartel, uma verdadeira guerrilha alimentando setores da opinião pública com vazamentos adrede preparados”.

Ao se lembrar do deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), Manoel Moreira sustenta que basta consultar as páginas do **CORREIO BRAZILIENSE** para verificar que Sigmaringa é um campeão de emendas. Para apresentar tantas emendas ao Orçamento como apresentava, Moreira diz que Sigmaringa “tinha que ser ligado ao chamado núcleo de poder que comandava a Comissão de Orçamento”.

Ligações — O deputado Manoel Moreira refere-se com ironia ao deputado Benito Gama, o coordenador da Subcomissão de Bancos, chamando-o de “Benito Grana” e lembrando as suas “estreitas ligações” com Rocha Lima, que foi afastado da presidência da Empresa dos Correios e Telégrafos por corrupção.

“Meus advogados, meus auditores, procuraram Benito para saber se havia alguma dúvida sobre minhas contas. Ele nunca formulou qualquer dúvida sobre minha pessoa, nesses contatos”, acusa Manoel Moreira. O parlamentar paulista conta que um texto para a Subcomissão de Bancos, explicando todas as suas contas.

Pressão — O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) afirma que a CPI do Orçamento não resistiu à pressão da imprensa para que seu nome fosse incluído na lista dos cassados. “Não há, apesar disso, nenhum elemento concreto que justifique a minha cassação”, afirmou o deputado mineiro, invocando sua condição de empresário, que justifica plenamente a alta movimentação bancária.

José Geraldo atribui ao papel que desempenhou na Constituinte na defesa do substitutivo do Centrão — o grupamento conservador que lá se constituiu — a obsessão com que a imprensa exercera pressão pela sua cassação. “Além disso, sempre dei pouca atenção à imprensa”, concede.

O deputado José Geraldo Ribeiro vê a Mesa da Câmara acovardada. E adverte que não hesitará um minuto em ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal se o seu direito de defesa sofrer qualquer tipo de cerceamento.